



LEI ORDINÁRIA Nº 1.314/2010

“Define obrigação de pequeno valor perante a Fazenda Pública Municipal em atendimento ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional, 62/09 e dá outras providências”

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam definidas como obrigações de pequeno valor para os fins de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 100 da Constituição da República, aquelas decorrentes de condenação judicial, cujo valor certo ou apurado em liquidação de sentença, seja equivalente, na data do pagamento ao maior benefício geral de previdência social.

Art. 2º - O pagamento das obrigações de pequeno valor será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da juntada aos autos da execução, do aviso de recebimento do ofício requisitório e após demonstrado o trânsito em julgado da sentença condenatória e de eventuais embargos opostos pelo Município.

Art. 3º - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta lei e, em parte, mediante a expedição de precatório.

Parágrafo único – Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º desta lei, o seu pagamento efetuar-se-á mediante a expedição de precatório, facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente, para recebimento da quantia através de Requisição de Pequeno Valor – RPV, na forma do art. 2º.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir para cumprimento do disposto na presente lei os créditos orçamentários necessários, podendo utilizar como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.081, de 03 de dezembro de 2002.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO
ANO DOIS MIL E DEZ. (02/06/2010)



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES
Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 07/06/2010, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo